

O pregoeiro da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nomeado por meio da Portaria PROAD nº 71, de 21 de maio de 2020, vem, nos termos do que dispõe o inciso II do art. 17 do Decreto 10.024/2019, apreciar a Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 0021/2020 apresentada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, nos termos a seguir descritos:

## 1. RELATÓRIO

Trata o presente processo do Pregão Eletrônico nº 021/2020, para escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa prestadora de serviços de acesso, via web, às coleções das Normas Técnicas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Normas Técnicas da Associação Mercosul de Normalização (AMN) para atender a demanda da Superintendência do Sistema de Bibliotecas/UFVJM. Em 13/08/2020, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, apresentou impugnação ao edital em razão dos tópicos relacionados no item 03 deste documento.

## 2. DA ANÁLISE DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO E REQUERIMENTOS:

Preliminarmente, cumpre ressaltar que o Edital de Pregão Eletrônico 021/2020 tinha a sua abertura prevista para as 09h do dia 18/08/2020, e a presente impugnação foi encaminhada através de e-mail no dia 13/08/2020. Em decorrência disso, o pedido foi TEMPESTIVO.

Recebida a impugnação, no que se refere à matéria técnica, o pregoeiro decidiu por realizar consulta ao setor responsável pela elaboração do edital.

Após recebidas todas as informações necessárias, encaminhadas pelo setores envolvido, passamos as respostas das alegações apresentadas pelo impugnante.

## 3. DO EXAME DO PLEITO

### 3.1 ACERCA DA IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PARTICIPAREM DO PREGÃO

A Impugnante apresenta como fundamentação a impossibilidade de se aplicar a vedação de participação no certame de instituições sem fins lucrativos, tendo em vista que a referida proibição restringe o caráter competitivo do certame e somente poderia ser considerada caso a licitação fosse destinada exclusivamente à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

Revisando os autos, verifica-se um erro ao considerar a vedação a instituição sem fins lucrativos em participar do processo licitatório, sendo necessário apenas que o objeto do edital esteja relacionado com o objeto social da entidade e que esteja previsto no seu ato constitutivo.

Acrescenta-se, ainda, que a vedação prevista no parágrafo único, do artigo 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017, não se aplica ao presente caso, visto que a licitação não foi destinada à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

## 4. DECISÃO

Após análise das alegações apresentadas, pelos motivos e razões acima expostos e levando-se em consideração que a Administração pode rever os seus atos de forma a dar ampla concorrência ao certame, decido pelo acolhimento da impugnação apresentada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Diante disto, o ato convocatório será retificado, excluindo tal proibição.

A data da sessão será alterada em função da reabertura do prazo inicialmente estabelecido, conforme preceitua o § 4º, art. 21 da Lei 8.666/93.

Em: 14/08/2020

Andersen Mateus Nascimento  
Pregoeiro/UFVJM